

Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 41 / XV / 1.ª SL

Aos catorze dias do mês de março de 2023, pelas quinze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, na sala n.º 7 do Palácio de São Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que se anexa e que faz parte integrante da presente ata, com a seguinte,

Ordem de Trabalhos

1. Informações gerais
2. Debate preliminar e constituição de Grupo de Trabalho em especialidade das iniciativas legislativas que promovem a segunda alteração à Lei n.º 66-A/2007 (competências, organização e funcionamento do Conselho das Comunidades Portuguesas (PJL's números [377/XV/1.ª \(PSD\)](#), [516/XV/1.ª \(PS\)](#) e [587/XV/1.ª \(PAN\)](#))
3. Apresentação e discussão dos seguintes Projetos de Resolução:
 - [Projeto de Resolução n.º 496/XV \(CH\)](#) - Recomenda ao Governo a abertura de postos de atendimento, com um perfil semelhante ao das Lojas do Cidadão, nas cidades de maior densidade de emigração.
 - [Projeto de Resolução n.º 497/XV \(CH\)](#) - Declaração de Repúdio ao Governo Sírio e recolocação do Conflito Sírio na Agenda Internacional.
4. Apresentação, discussão e votação do parecer da [Proposta de Resolução n.º 07/XV/1.ª](#) - Aprova o Acordo entre Portugal e Espanha relativo à Pesca no Troço Internacional do Rio Minho
5. Apresentação, discussão e votação do parecer da [Proposta de Resolução n.º 08/XV/1.ª](#) - Aprova as Emendas de 2018 à Convenção do Trabalho Marítimo, 2006, adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho
6. Apresentação, discussão e votação do parecer da [Proposta de Resolução n.º 09/XV/1.ª](#) - Aprova o acordo sobre Transporte Aéreo entre a República Portuguesa e a República Democrática Federal da Etiópia
7. Apresentação, discussão e votação do parecer da [Proposta de Resolução n.º 10/XV/1.ª](#) - Aprova as Emendas de 2014 à Convenção do Trabalho Marítimo, 2006, adotadas pela Conferência Internacional do Trabalho
8. Deliberação sobre os seguintes Projetos de Voto:



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 41 / XV / 1.ª SL

[n.º 237/XV/1.ª \(CH\)](#) - De pesar pela morte do Padre Isaac Achi, brutalmente assassinado na Nigéria.

9. Discussão e aprovação das seguintes Atas:

n.º 40, de 7 de março de 2023

10. Outros assuntos

Iniciada a sessão, dirigida pelo Presidente da Mesa da Comissão, Deputado Sérgio Sousa Pinto e no âmbito do **Ponto 1.** da OD, registou-se o seguinte:

O Presidente deu as boas-vindas à Deputada Isabel Pires (BE), recém-regressada aos trabalhos da Comissão.

Referiu, de seguida, que o Imamat Ismaili (Fundação Aga Khan Portugal) solicitou audiência em Comissão, à semelhança do que vem sucedendo nas últimas Legislaturas. Dada a relação que mantém com o Estado português e a especial proximidade com a Comissão, deliberou esta, por unanimidade, receber aquela organização em dia a agendar, tendo ficado mandatados os Serviços para proceder aos habituais contactos.

Passados ao Ponto 2., o Presidente da Mesa leu o projeto de instrumento institutivo do Grupo de Trabalho (GT) em causa, cujo teor não suscitou reparos. Submetido a votação, foi aprovada por unanimidade a constituição do referido GT. Neste seguimento, o Presidente indagou sobre se os diferentes Grupos Parlamentares poderiam indicar já os nomes dos Deputados que integram o GT. Assim, o PSD indicou o Deputado Maló de Abreu que coordenará o GT, tendo solicitado posterior indicação do segundo elemento.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 41 / XV / 1.ª SL

O PS indicou os Deputados Paulo Pisco e Nathalie Oliveira. Integrarão igualmente este GT os Deputados Pacheco de Amorim (CH), Rodrigo Saraiva (IL), Isabel Pires (BE) e Bruno Dias (PCP). Os Serviços contactarão o PAN para os mesmos efeitos, dado ter baixado à especialidade um Projeto de Lei oriundo deste Grupo.

No **Ponto 3.**, foi concedida a palavra ao Deputado Pacheco de Amorim (CH) para apresentação do PJR n.º 496/XV. O apresentante enquadrou a iniciativa à luz da posição defendida pelo seu Partido de que deveria ser criado um Ministério das Comunidades Portuguesas, também, como forma de ultrapassar a subdimensionação crónica da rede consular que não consegue assegurar o atendimento aos portugueses residentes no estrangeiro.

De seguida, intervieram os Deputados:

Francisco César (PS) que começou por agradecer a apresentação. Referiu existirem grandes dificuldades desde o surgimento da pandemia, relativamente às quais o Governo procura dar resposta. Apontou duas objeções à iniciativa. A primeira, de forma, tem a ver com a figura do “balcão do cidadão” por não ser a mais adequada à luz do direito internacional, onde a materialização da medida nunca deixaria de poder comportar a indispensável concordância dos Estados acreditatários. Depois, lembrou ter já sido anunciado o reforço do pessoal consular, com um novo regime de funcionamento, o “Consulado Virtual”, o qual permitirá desmaterializar o trabalho a desenvolver. Por tais motivos, referiu, não acompanhará, para já, esta iniciativa.

Tiago Moreira de Sá (PSD), que tendo agradecido a apresentação, referiu serem já conhecidos os problemas da rede consular, cuja solução deve ser encontrada dentro da estrutura do MNE, por ser impossível criar cinquenta novos consulados. Pelo que antecede, discordou da iniciativa proposta.

Rodrigo Saraiva (IL) que começou por salientar que a iniciativa é fundamentada em critérios quantitativos que facilitam a sua análise e discussão. Mas concordou com as considerações de PS e PSD relativamente às formalidades jus-diplomáticas subjacentes à sua materialização, motivo pelo qual entende que a solução do problema deve ser encontrada no âmbito da estrutura consular. Concluiu, referindo que a recomendação em causa carece de condições práticas de aplicabilidade, pelo que, à partida, a IL abster-se-á.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 41 / XV / 1.ª SL

Diogo Pacheco de Amorim (CH) que, agradecendo os contributos, referiu existir a hipótese de os Consulados poderem albergar balcões especializados, que deve respeitar as regras do direito internacional.

Concluída a apresentação e discussão desta iniciativa, passou-se à apresentação do PJR n.º 497/XV, para cujo efeito foi concedida a palavra à Deputada Rita Matias (CH), tendo sublinhado que a mesma procurou ultrapassar questões de abordagem ideológica, reduzindo o tratamento da matéria a uma questão de bom senso. E lembrou que a sua apresentação teve origem na audição ocorrida com representantes do Observatório dos Refugiados Sírios, na qual estiveram igualmente presentes Deputados do PS e do PSD.

Intervieram seguidamente os Deputados:

Francisco César (PS) que começou por referir que o PS é sensível à questão dos refugiados sírios, tendo lembrado que Portugal _tal como a União Europeia_, cessou relacionamento diplomática com o Estado da Síria, não sendo previsível qualquer alteração a esta situação. Recordou que Portugal tem agido exemplarmente na abordagem desta questão, seja no âmbito da ONU, seja através de outras iniciativas, como a desempenhada pelo ex-Presidente da República, Jorge Sampaio. Concluiu, afinal, que o pretendido pelo CH não é mais do que fazer o que tem vindo já a ser feito.

Tiago Moreira de Sá (PSD) para referir que esta iniciativa tem, pelo menos, o mérito de fazer retornar ao debate público uma matéria de grande relevância, considerando o tempo entretanto decorrido sobre a explosão do conflito sírio. Referiu, ainda, que o Estado tem tido uma postura exemplar acerca desta questão. E concluiu que, podendo a iniciativa ter efeitos mediáticos benéficos, o PSD votará a favor da mesma, pese embora a alteração da redação do ponto 1. da sua parte resolutiva possa vir a facilitar a sua aprovação em Plenário.

O Presidente da Mesa interveio para sublinhar que a eventual recusa desta iniciativa poderá ter uma leitura pública negativa, existindo espaço para que, antes do seu agendamento Plenário, possa proceder-se à revisão consensual do texto, designadamente do já aludido Ponto 1.

Intervieram, ainda os seguintes Deputados:

Francisco César (PS) para manifestar disponibilidade do PS para reapreciar o texto, mormente o referido Ponto 1.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 41 / XV / 1.ª SL

Rita Matias (CH) para manifestar disponibilidade para a mencionada reapreciação.

O Presidente da Mesa deu por encerrada a discussão desta iniciativa.

Passados ao **Ponto 4.**, foi concedida a palavra à Deputada Anabela Real (PS) para apresentação do Parecer alusivo à PPR n.º 7/XV, tendo procedido ao enquadramento substantivo da matéria. As considerações vertidas no Parecer são [consultáveis aqui](#). Concluiu estarem reunidas condições para que a iniciativa possa subir a Plenário para os fins regimentais aplicáveis.

Intervieram os Deputados Tiago Moreira de Sá (PSD), Diogo Pacheco de Amorim (CH) e Rodrigo Saraiva (IL) para agradecerem o trabalho desenvolvido pela deputada apresentante.

Submetido a votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

No **Ponto 5.**, foi concedida a palavra ao Deputado Miguel Iglésias (PS) para apresentação do Parecer alusivo à PPR n.º 8/XV, tendo procedido ao enquadramento substantivo da matéria. As considerações vertidas no Parecer são [consultáveis aqui](#). Concluiu estarem reunidas condições para que a iniciativa possa subir a Plenário para os fins regimentais aplicáveis.

Intervieram os Deputados Tiago Moreira de Sá (PSD), Diogo Pacheco de Amorim (CH) e Rodrigo Saraiva (IL) para agradecerem o trabalho desenvolvido pela deputada apresentante.

Submetido a votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

No **Ponto 6.**, foi concedida a palavra ao Deputado Rodrigo Saraiva (IL) para apresentação do Parecer alusivo à PPR n.º 9/XV, tendo procedido ao enquadramento substantivo da matéria. As considerações vertidas no Parecer são [consultáveis aqui](#). Concluiu estarem reunidas condições para que a iniciativa possa subir a Plenário para os fins regimentais aplicáveis.

Intervieram os Deputados Francisco César (PS), Tiago Moreira de Sá (PSD) e Diogo Pacheco de Amorim (CH) para agradecerem o trabalho desenvolvido pelo Deputado apresentante.

Submetido a votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes, tendo-se registado a ausência do PCP.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 41 / XV / 1.ª SL

No **Ponto 7.**, foi concedida a palavra ao Deputado Bruno Dias (PCP) para apresentação do Parecer alusivo à PPR n.º 10/XV, tendo procedido ao enquadramento substantivo da matéria. As considerações vertidas no Parecer são [consultáveis aqui](#). Concluiu estarem reunidas condições para que a iniciativa possa subir a Plenário para os fins regimentais aplicáveis.

Intervieram os Deputados Francisco César (PS), Tiago Moreira de Sá (PSD) e Diogo Pacheco de Amorim (CH) para agradecerem o trabalho desenvolvido pelo Deputado apresentante.

Submetido a votação, o Parecer foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes.

No Ponto 8., interveio o Deputado Francisco César (PS) solicitando o adiamento desta discussão, de forma que possa chegar-se a um texto consensualizado.

Interveio o Deputado Diogo Pacheco de Amorim (CH) para agradecer a sugestão e com ela concordar, tendo lembrado ter sido impossível tratar desta matéria, dadas as várias missões no estrangeiro que tem vindo a integrar nas últimas semanas.

Finalmente, no **Ponto 9.**, foi lida a Ata em título, sobre cujo teor ninguém se pronunciou. Assim, uma vez submetida a votação, a Ata n.º 40, de 7 de março de 2023 foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes.

_____ // _____

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Mesa deu a reunião por encerrada pelas dezasseis horas e dez minutos, dela se tendo lavrado a presente Ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Encontra-se disponível o registo áudio da reunião, o qual constitui parte integrante da presente ata, sendo [consultável aqui](#).



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 41 / XV / 1.ª SL

Palácio de São Bento, 7 de março de 2023,

O PRESIDENTE DA MESA

(Sérgio Sousa Pinto)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 41 / XV / 1.ª SL

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Anabela Real (PS)
Cláudia Santos (PS)
Edite Estrela (PS)
Eunice Pratas (PS)
Francisco César (PS)
Gil Costa (PS)
Miguel Iglésias (PS)
Sérgio Sousa Pinto (PS)
António Maló De Abreu (PSD)
João Montenegro (PSD)
Olga Silvestre (PSD)
Pedro Roque (PSD)
Tiago Moreira De Sá (PSD)
Diogo Pacheco De Amorim (CH)
Rodrigo Saraiva (IL)
Bruno Dias (PCP)
Isabel Pires (BE)
Susana Correia (PS)
Afonso Oliveira (PSD)
Nuno Carvalho (PSD)
Rita Matias (CH)

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Francisco Pimentel (PSD)

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

João Azevedo (PS)
Nathalie Oliveira (PS)
Paulo Pisco (PS)
Romualda Nunes Fernandes (PS)
Duarte Pacheco (PSD)
Ricardo Sousa (PSD)
Luís Capoulas Santos (PS)
Bruno Coimbra (PSD)



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

ATA NÚMERO 41 / XV / 1.^a SL

Bernardo Blanco (IL)

Ata aprovada em reunião da Comissão, em 21 de março de 2023